



RESSACAS URBANAS DE MACAPÁ-AMAPÁ: DEGRADAÇÃO AMBIENTAL, SEGREGAÇÃO ESPACIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Cristovão Palheta Soares¹

Raimunda Kelly Silva Gomes²

Trabalho de extensão universitária cujo será produzida uma monografia

RESUMO

O presente trabalho trata as áreas de ressaca urbana de Macapá estado do Amapá focando-a como um dos mais importantes ecossistemas do estado. Foi objetivo deste identificar nas áreas a degradação ambiental, a segregação espacial através de literaturas que abordam essa questão a fim de relacionar as políticas públicas existentes para as ressacas visando o questionamento entre as ocupações desordenadas e o esforço da gestão pública quanto a aplicação das leis existentes. Ainda se observou a não efetivação do plano diretor urbano o qual favorece na falta de estruturação da cidade ocasionado na deficiência do saneamento básico um dos instrumentos urbanos mais importantes na melhoria de condições do indivíduo e também do meio ambiente. Conclui-se, portanto que medidas contra a ocupação e o controle da degradação dessas áreas são ineficientes contribuindo para a precariedade das condições de vida dos indivíduos que habitam esse local.

Palavras-chave: Ressaca Urbana; Macapá; Degradação Ambiental; Políticas Públicas

INTRODUÇÃO

À tona a exposição do domínio da população sobre o meio ambiente, as concepções contemporâneas da ética sobre o debate da ocupação do solo urbano à segregação espacial, sendo abordada com ênfase na idéia de que a propriedade privada do solo produzira a segregação, logo os indivíduos não poderão ter acesso as áreas de melhores condições habitacionais, indo para as áreas de risco social, cujas relações do sistema capitalista são fatores degradante para o meio ambiente.

Logo, vê-se que este processo de transformação contínuo é conduzido pelas relações sociais, principal agente da degradação ambiental ademais registrou em diferentes momentos que o meio ambiente é o *locus* de diversos conflitos, pelo fato de sua conservação por considerar que essa, beneficiará o homem. Com base nessa complexidade cabe-nos, contextualizar para entendermos a evolução dessa problemática, assim torna-se importante compreender em seu movimento contraditório de construção e de destruição em quanto ambiente social construído.

¹ Graduando em Geografia, Universidade Federal do Amapá, cristovaopalheta@gmail.com

² Mestre em Biologia Ambiental, IEPA-AP, rkellysgomes@yahoo.com.br



Tal problemática conduz ao fator que está sendo trabalhado, são as áreas úmidas denominada localmente de “Ressacas”, será vista para este trabalho considerando, sobretudo uma análise das condições específicas de envolvimento sobre área de ressaca desde os aspectos físico-naturais, aos aspectos sociais de urbanização tendo como vertente a visão de gestão pública para essa área cujo serão vistas as precauções que deveram ser tomadas com o intuito de melhorar a vivencia neste local.

ASPECTOS FÍSICOS - NATURAIS

Sobre a conotação de áreas úmidas hoje muito difundida nas pesquisas realizadas no Estado tem sua conceituação cujo Ressaca é empregado para designar um ecossistema típico da zona costeira do Amapá. São áreas encaixadas em terrenos Quaternários que se comportam como reservatórios naturais de água, caracterizando-se como um ecossistema complexo e distinto, sofrendo os efeitos da ação das marés, por meio de uma intrincada rede de canais e igarapés, e do ciclo sazonal das chuvas, apresentando por isso, uma estação de cheia (Janeiro a Junho) e outra de seca (Agosto a Dezembro).

No âmbito municipal a Lei Ambiental n° 948/98 do Município de Macapá, as ressacas são definidas como: “bacias de acumulação de águas, influenciadas pelo regime de marés, de rios e drenagens pluviais” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ, 1999).

Segundo a pesquisa realizada por MACIEL (2001) faz a ressalva de que a denominação “RESSACA”, com a conotação de área úmida, não foi encontrada em nenhum dicionário, livros de geografia ou de limnologia. A mesma autora sugere que há possibilidades de que a origem da palavra seja “uma herança da comunidade negra, oriunda da Guiana Francesa que, durante muitos anos, habitou os arredores do Lago do Pacoval na cidade de Macapá, posto que eles falavam uma algaravia, mistura de dialeto africano com o francês com algumas palavras em português”.

Especialmente, esses ambientes ocorrem ao longo de toda costa estuarina do Amapá, estendendo-se da foz do Rio Jari até a foz do Rio Araguari. Nas áreas urbanas e peri - urbanas das cidades de Macapá, capital do estado, e Santana, segunda maior aglomeração urbana, as ressacas estão inclusas nos limites das

bacias hidrográficas do Igarapé da Fortaleza e do Rio Curiaú estes dois fortemente influenciado pelo Rio Amazonas (Figura 1).

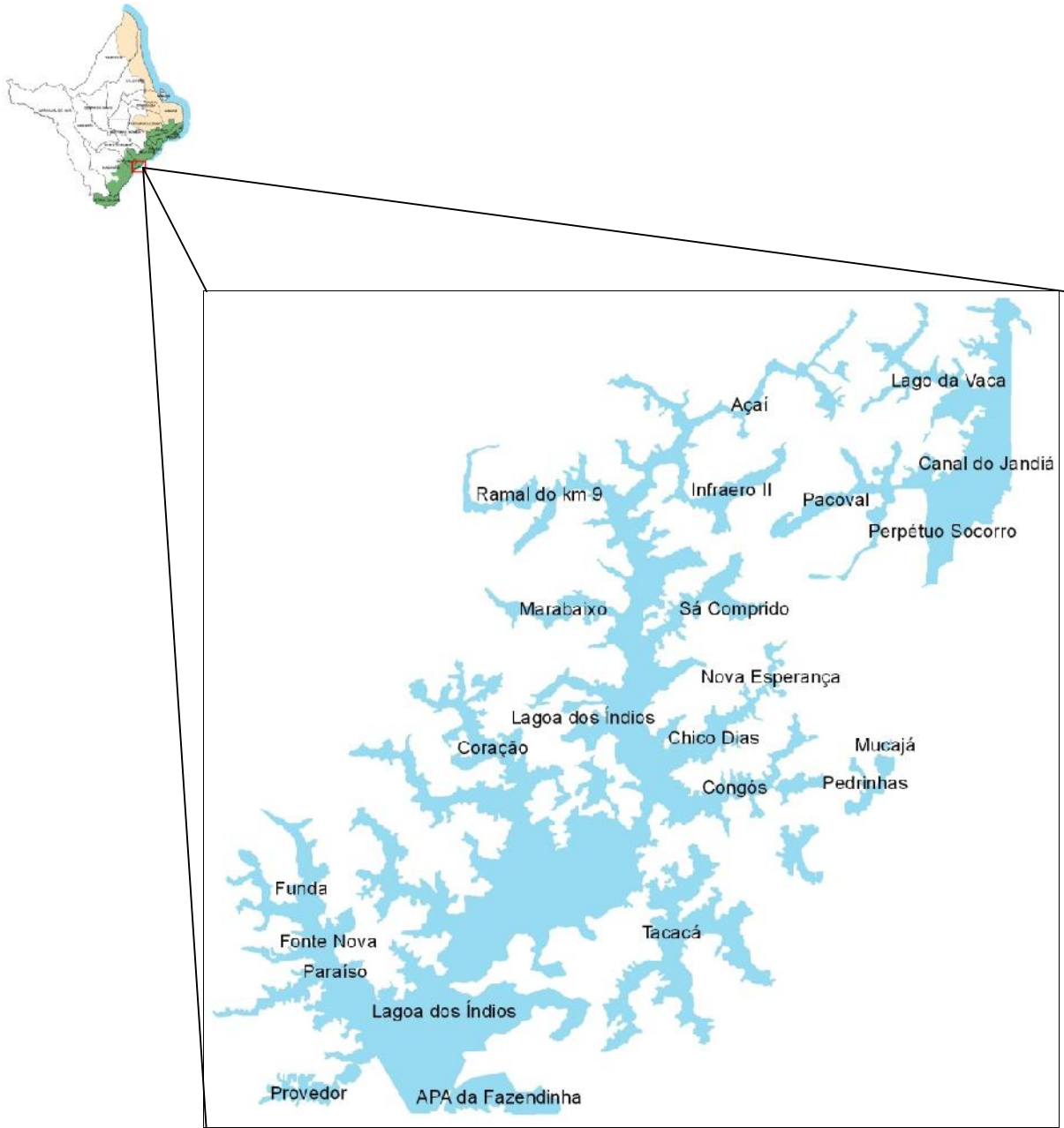


Figura 1: Localização das áreas de ressaca urbana de Macapá e de Santana

Fonte: Base cartográfica de (NÉRI, 2004)

O tipo de solo das áreas de ressacas foi classificado por LIMA (1998) *apud* MACIEL (2001) “como hidromórficos gleisados, sedimentares de média fertilidade natural e com um alto grau de vulnerabilidade natural” e, portanto, inadequados para suportar determinados tipos de construções, devido à baixa resistência.

Na contextualização dos aspectos físicos consideramos as áreas de Ressaca como habitat de reprodução de espécies aquáticas nativas da Amazônia; a



vegetação predominantemente herbácea e também tem outras espécies como a *Montrichardia arborescens* Schott. (aninga) e *Mauritia flexuosa* L.f. (buriti), essas mesmas possuem características importantes e indispensáveis para o desenvolvimento da dinâmica desse ecossistema e base para a cadeia alimentar desse ambiente aquático.

Conforme SILVA e SILVA (2001) enfatizaram que as ressacas apresentam um papel importantíssimo para o equilíbrio ecológico, como por exemplo, regulador térmico, por ser fonte de umidade e servirem como corredores de vento; bacias naturais de recepção do escoamento pluvial, evitando alagamentos e elemento paisagístico dado sua beleza cênica.

No entanto, aqui destacamos dois grandes problemas ocasionados pela ocupação desordenada nas ressacas, o primeiro refere-se a obstruções dos canais naturais que são elos entre as Ressacas e o Rio Amazonas, décadas atrás permaneciam com seus fluxos naturais, na área urbana de Macapá, seis canais. Nos dias de hoje, o Igarapé da Fortaleza é o único que ainda se mantém natural, sendo o curso principal para o qual convergem todos os canais que drenam as ressacas existentes entre Macapá e Santana.

Já os aterramentos impedem o fluxo das águas, contribuem para formação de águas estagnadas aumentando, assim, a probabilidade de ocorrências de epidemias de doenças nessas áreas. No entanto a áreas sul e oeste de Macapá estão mais impactadas isso corresponde à dinâmica econômica e populacional que essas porções detêm diferente da porção norte que nas proximidades há uma Área de Proteção Permanente - APP.

Para esta última área as condições de ocupação podem mudar drasticamente, pois é para onde está expandindo a cidade, o risco é ainda maior, enfrenta-se a ausência de fiscalização. Assim os canais abstraídos, passaram a receber menos água do rio Amazonas, inclusive tornando-as mais vulneráveis às queimadas, principalmente, no período seco.

ASPECTOS SOCIAIS DE URBANIZAÇÃO E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

A mudança frente às novas formas de olhar a população em áreas segregadas exige um julgamento sistemático inclusivo à qualidade ambiental urbana, tendo em



vista que, a ocupação do espaço urbano é mutável por ser reflexo social possuindo um ritmo e natureza diferente. Esse mesmo espaço é um condicionante social e também espaço onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem (CORRÊA, 2005).

Nessa reprodução a disputa pelo solo urbano é eminente haja vista que não se pode produzir-lo como outro produto qualquer. A partir de então se vê a segregação social, pois a classe de alto poder aquisitivo tende ocupar o solo disponível para residir, do contrario, ao grupo de baixo poder aquisitivo habitará áreas de risco onde a topografia do local é sujeita a degradação ambiental.

A caracterização histórica é importante avaliar tendo em vista que a cidade de Macapá sofreu muitas interferências no seu processo de urbanização, relacionado principalmente à apropriação de grandes empreendimentos e também pela estruturação econômica, vista no Estado.

A partir da historicidade de como se introduz a gestão urbana de governança relacionada especialmente a discussões de planejamento urbano para essas áreas, tendo assim a abordagem de questões na ordem demográfica e ambiental onde os vínculos estabelecidos entre elas se faz necessário analisar, pois há um caminho para gestão ambiental usando-se estratégias de planejamento.

Sobre o processo de urbanização da cidade de Macapá e em conseqüência a ocupação nessas áreas úmidas faz-se as seguintes abrangências.

Por razões estratégicas o Governo Federal manifesta interesse em desenvolver e integrar o restante do país, assim lança projetos de integração para a Amazônia neste contexto o Amapá é desmembrado do Estado do Pará e passa a ser território Federal em 1943, período também que estavam-se realizando pesquisas para ver o potencial de recursos naturais no Estado principalmente o de minerais.

De acordo com NÉRI (2004) o aumento acelerado do crescimento demográfico e movimentos migratórios ocorreram principalmente a partir da década de 1950, quando houve a implantação da empresa Norte Americano Beth Lenhem Steel Company produtora de aço, representada no Brasil por ICOMI – Indústria de Comercio de Minerais S/A, nesse período a cidade sofreu forte expansão e crescimento populacional.



Nas décadas de 1980 e 1990 especificamente para o Amapá tivemos a transformação do território federal em Estado em 1988, para o ano de 1991 houve a implantação de Área de Livre Comercio de Macapá e Santana, além do dizer de ROCHA (2005) o qual afirma o crescimento demográfico de alguns estados na Amazônia se deu pelo processo de municipalização do território.

Estes fatores causaram enorme efeito demográfico, contribuindo para uma intensa mobilidade da população tanto extra como intra-regional. Tendo esta ação pelo fator migração um percentual de forças de trabalho para os serviços públicos, estes requerem mão-de-obra qualificada para a absorção no serviço público, como em primeiro estágio era a edificação de infra-estrutura, os serviços não exigiam tanto de uma qualificação na época.

Depois dessa circulação de recursos humanos, este percentual de indivíduos não tendo qualificação alguma e não absorvidos pelo mercado de trabalho mudam-se dos municípios com menor dinâmica urbana, vindo, portanto para Macapá, onde as condições de vida devem-no proporcionar alguma forma de ganho de capital.

A demanda por empregos, serviços de saúde, saneamento, educação, moradia é muito maior, e a oferta não consegue atingir a todos de maneira eqüitativa. As pessoas, então, são compelidas a habitar ocupações irregulares e inadequadas, ficando expostas a riscos de contrair doenças, vulneráveis a problemas decorrentes da falta de infra-estrutura.

As correntes migratórias de populações indo habitar as periferias das grandes cidades, dentre outros, levaram a uma profunda degradação das condições ambientais, afetando de forma negativa sua qualidade de vida, deixando à mostra os vínculos indissolúveis entre desenvolvimento, ambiente e saúde.

Assim, surgiu um grande contingente de pessoas atuando no mercado informal e, por conseguinte, restou-lhes como opção de moradia mais barata, a invasão às áreas de ressacas que, apesar de serem áreas desprovidas dos equipamentos sociais, ao mesmo tempo, para muitos se configurou uma alternativa de habitação, haja vista a localização privilegiada de algumas, próximas ao centro urbano.

Sendo assim, a edificação da cidade ilegal que não pára nas cidades brasileiras, no contexto local com grande migração demográfica e a não efetivação do planejamento urbano da cidade são fatores os quais contribuíram para o processo de ocupação das ressacas. MARICATO (1996) que discute a oposição



entre cidade real e cidade legal o uso ilegal do solo e a ilegalidade das edificações em meio urbano atingem um percentual elevado das construções nas grandes cidades brasileiras.

Ao estado cabe a tarefa de regularizar não apenas a ocupação do solo urbano ilegal, mas, sobretudo do solo urbano legal, no entanto a fragilidade do estado para defender a disciplina da ocupação urbana, mas rentável torna-o cada vez, mas escasso e, portanto, mas difícil de conter o avanço de cidade ilegal e intervenção de áreas cuja topografia seja de grande risco a vida de indivíduos e a degradação ao meio ambiente.

A ilegalidade em relação à propriedade da terra na cidade leva a um processo de exclusão social da população de menor renda uma vez que a regularidade urbanística esta associada ao acesso aos demais serviços urbanos desde a infraestrutura básica até o exercício dos direitos de cidadania.

VISÃO DE GESTÃO PÚBLICA PARA AS ÁREAS DE RESSACA

Referida a questão de gestão pública para políticas públicas com ênfase nas áreas de ressaca, ver-se-á o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá – PDSA estabelecido pelo Decreto Lei nº 2453 de 14.08.1995 implementado durante os Governos Estadual de 1998 a 2002.

De acordo com CASTRO (1998) a proposta governista denominada PDSA está baseada em uma ótica desenvolvimentista e conservacionista, sendo que existem parâmetros que obrigam os setores públicos e o privado a respeitar os limites ecológicos, considerando a dinâmica dos ecossistemas.

Tomando essa amplitude do programa visto também sobre as caracterizações do que estavam sendo produzido no espaço urbano, principalmente o de Macapá. PORTILHO (2006) destaca uma das diretrizes postas como forma de vigorar o programa referido, a primeira delas vincula-se ao olhar sobre “a diversidade de ecossistemas em nível adequado de conservação, a baixa densidade populacional, a alta potencialidade de recursos minerais e pesqueiros, as vastas áreas com biodiversidade intacta, os cenários de grande beleza natural e o acesso estratégico aos mercados internacionais” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAPÁ, 1995).

Assim, sobre essa diretriz compreende os trechos “diversidades de ecossistemas” e “cenários de grande beleza natural” isto faz se compreender a



necessidade de conhecer a estrutura e funcionalidade das ressacas, fato que levou a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá - SEMA a contratar, em 1999, a bióloga Norma Crud Maciel para fazer um diagnóstico preliminar e uma proposta de recuperação e preservação desse ecossistema.

Seus estudos foram complementados pelo Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé Fortaleza e Rio Curiaú, elaborado pelo Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado Amapá – IEPA.

Com a evolução do processo de ocupação das ressacas, a degradação desse ecossistema passou a chamar a atenção das autoridades públicas do Estado do Amapá, como vistas pelo exposto acima, culminando com o tombamento das áreas de ressacas através da Promulgação da Lei Estadual nº 455 de 22 de Julho de 1999, que impôs uma série de proibições ao processo de uso e ocupação daquelas áreas (AMAPÁ, 1999).

Outro fator importante a promulgação de Plano Diretor do Município em 2004, pela Prefeitura Municipal de Macapá, o qual deu bastante ênfase e importância ao ecossistema Ressaca. No plano de desenvolvimento urbano e ambiental, destacam-se as ressacas como um dos “*mais importantes recursos naturais da cidade de Macapá*”, priorizando-se a proteção daquelas ainda não ocupadas e a recuperação progressiva das já ocupadas, com o reassentamento das famílias que as habitam, inclusive, coibindo novas ocupações irregulares em áreas de ressacas.

É importante destacar outro momento da história que se buscou produzir o Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Macapá elaborado pela FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO em 1973 cujo não chegou a ser implementado, já preconizava que Macapá não suportaria sua população além do prazo de dez anos, isto porque a cidade estava com a sua expansão urbana tolhida em função de estar comprimida entre o Rio Amazonas, as ressacas, os igarapés e a área do aeroporto, posto que essa bloqueava o acesso às áreas favoráveis à urbanização contínua.

Dessa forma as áreas de ressaca possuem alta densidade demográfica em relação a outros locais no município com isso, pôde-se deduzir que existe um expressivo contingente populacional exposto a riscos de adoecimentos, vulneráveis à transmissão de doenças, em especial às de causa hídrica em função das condições de saneamento e daí a importância dessas leis e a preocupação da gestão pública em querer conservar esse ecossistema.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, nossa proposta foi explicitar a importância das áreas de ressacas elencando todas suas características elementares e vinculando aos aspectos de ocupação pelo processo de crescimento urbano da cidade e a partir daí uma visão sobre a ocupação desses ambientes cujos não são favoráveis à habitação com isto viu-se a implementação de leis que tombam e protegem esse ecossistema e o interesse do estado em conservar essas áreas, no entanto, é vista a intolerância tanto pelo indivíduo que ocupa essas áreas de risco social quanto pelo estado o qual não aplica a lei.

Feito isto se observou pelas características apresentadas que as condições econômicas dos moradores dessas áreas refletem um quadro de profunda exclusão social e cenário de bolsões de pobreza. Isto reflete ao que discutimos sobre o processo de migração, a grande disponibilidade de recursos humanos não absorvidos pelo mercado de trabalho.

Resultou nas condições sociais cujos indivíduos não possuem renda compatível com suas necessidades básicas e nem de moradia e são sujeitos a viver nessas áreas que estão degradadas sem saneamento básico, culminando no aparecimento de doenças vindas desses ambientes que tornaram-se inóspitos. À medida que as mudanças vistas sobre a compreensão da degradação ambiental, da segregação espacial e a efetivação das leis ambientais para esse ecossistema ter-se-á a visão de ordenamento territorial e, portanto, mas fácil elaboração de políticas públicas que favoreçam a melhoria da qualidade de vida dessa população.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AMAPÁ (Estado), 1999. Lei n°. 0455, de 22 de julho de 1999. Dispõe sobre a delimitação e tombamento das áreas de ressacas localizadas no estado do Amapá e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Amapá, Macapá, n. 2099, 23 de julho de 1999.

CASTRO, M. C. Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental na formulação de políticas públicas: a experiência do estado do Amapá. Macapá: CEFORH/SEMA, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano, 4 edição, Ática SP, 2005.



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAPÁ, n°. 1137, Macapá 15 agosto de 1995.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Macapá: [s.n.], 1973.

MACIEL, N. C. Parecer técnico sobre as áreas de ressacas existentes nos municípios de Macapá e Santana. Rio de Janeiro, 2001.

MARICATO, E. MetrÓpole na periferia do capitalismo; ilegalidade, desigualdade e violéncia. São Paulo: Huittec, 1996.

NERI, S. H. A. A utilização das ferramentas de geoprocessamento para identificação de comunidades expostas a hepatite A nas áreas de ressacas dos municípios de Macapá e Santana/AP. 2004. 173f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil/Recursos Hídricos) – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá. Macapá, P.M.M. – SEMPLA, IBAM. 2004. 81p.

PORTILHO, I. S. Áreas de ressaca e dinâmica urbana em Macapá-AP. *In*: VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física da Universidade de Coimbra, 2010, Macapá-AP, 2010. p. 1-15.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ, 1999. Lei n° 0948, de 17 de janeiro de 1999. Dispõe sobre a Lei de proteção, controle, conservação e melhoria do meio ambiente no município de Macapá e dá outras providências. Diário Oficial [do] Município de Macapá, n. 421, pp. 49-74, 18 de janeiro de 1999.

ROCHA, Gilberto Miranda. Aspectos recentes do crescimento e distribuição da população da Amazônia brasileira. *In*: ARAGON, Luis E. (org.). Populações da Pan - Amazônia. Belém, NAEA, 2005.

SILVA, A. Q.; SILVA, U. R. L. Aspectos da ocupação das áreas de ressacas na cidade de Macapá. *In*: SIMPÓSIO DE GEOLOGIA DA AMAZÔNIA, 7., 2001, Belém. Anais... Belém, 2001.